



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **4002024-30.2013.8.26.0566/01**
 Classe – Assunto: **Cumprimento de Sentença - Corretagem**
 Exequente: **LUCIANO JOSÉ MARCHIORI ZANOLLO**
 Executado: **GOLD MONTANA EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIOS SPE LTDA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Fls. 40/47: Trata-se de impugnação da ré ao pedido de complementação feito pelo autor em relação ao valor depositado à fl. 33, para o cumprimento da condenação.

O autor se diz credor além do valor já depositado nos autos (R\$1.721,31 fl. 33), da importância de R\$172,43 referente a multa prevista no art. 475-J do CPC, eis que o pagamento da condenação foi efetuado pela ré, após os quinze dias previsto no mencionado artigo.

A impugnante a seu turno, alega indevida a aplicação da multa de 10% prevista no art. 475-J do CPC, eis que efetuou o pagamento da condenação dentro do prazo previsto do aludido artigo.

O autor intimado para responder a impugnação, silenciou.

Estabelecida a controvérsia reputo que assiste razão a ré. Embora se admita que em sede de Juizado Especial Cível se inicie a contagem do prazo a partir da intimação, reputo isso válido somente quando expressamente consignado, caso contrário a contagem do prazo necessariamente deverá iniciar-se a partir da juntada aos autos do comprovante que a intimação se efetivou.

É o que sucedeu nos autos, tendo em vista que a carta expedida à fl. 4 nada ressalva a esse propósito, devendo portanto ser considerado para início da contagem do prazo o dia da juntada do A.R de fl. 6, e por conseguinte o pagamento efetuado pela ré há de ser considerado dentro do prazo previsto no art. 475-J do CPC.

Isto posto, **ACOLHO A IMPUGNAÇÃO** apresentada pela ré, para reduzir o montante da execução para R\$1.724,31, conforme cálculo elaborado às fls. 1/2. O depósito de fl. 38 deverá ser revertido em favor da impugnante, através da expedição de mandado de levantamento.

Julgo extinto o feito, com fundamento no art. 794, inc. I, do Código de Processo Civil.

Oportunamente, anote-se o necessário e providencie-se a baixa definitiva e arquivamento dos autos digitais.

P.R.I.

São Carlos, 30 de junho de 2015.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**